



Senhor Ministro da Economia e do Emprego

Excelência:

A FEPIOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas, em representação das empresas filiadas nas Associações que a integram, vem, pela presente, expor e requerer a Vossa Excelência a melhor atenção para um problema que carece, a nosso ver, de urgente análise e decisão.

Reportamo-nos ao atraso na publicação dos indicadores económicos para o cálculo da revisão de preços das empreitadas de obras públicas, nomeadamente dos índices de mão de obra, materiais e equipamentos de apoio, relativos aos 3º e 4º trimestres de 2011.

Procurando obviar a que as prestações contratuais sofram injustos desequilíbrios durante a execução da empreitada, o artigo 382º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, dispõe que *“o preço fixado no contrato para os trabalhos de execução da obra é obrigatoriamente revisto (sublinhado nosso) nos termos contratualmente estabelecidos e de acordo com o disposto em lei”*.

De resto, como consta do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, atualmente em vigor, *“a revisão de preços das empreitadas de obras públicas tem constituído ao longo das últimas décadas uma garantia essencial de confiança entre as partes do contrato, permitindo-lhes formular e analisar propostas com base nas condições existentes à data do concurso.”*

É, assim, como Vossa Excelência reconhecerá, um mecanismo de equilíbrio financeiro fundamental, o qual permite a qualquer das partes rever os preços contratados em função de variações relevantes que ocorram nos custos de materiais, equipamentos e mão de obra durante a execução da empreitada.

Trata-se, em suma, de um mecanismo de equidade que se aplica, quer ao dono de obra, quer ao empreiteiro, impedindo que qualquer das partes utilize, tanto na formação do preço da empreitada, como na sua avaliação para efeitos de comparação, pressupostos e critérios contendo estimativas de carácter eminentemente subjetivo, dando, assim, azo a que, por força da aleatoriedade do exercício, qualquer



deles se aproveite da situação para se locupletar indevidamente, à custa da outra, de montantes que lhe não são devidos.

Neste contexto e com o objetivo da recolha, tratamento, aprovação e divulgação dos índices de revisão de preços, funciona no âmbito do InCI – Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., a Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE), cujos membros reúnem periodicamente. Todo este processo, culmina, como será do melhor conhecimento de Vossa Excelência, com a homologação dos referidos indicadores pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para posterior publicação em Diário da República.

Todavia, no que respeita em concreto aos índices relativos aos 3º e 4º trimestres de 2011, aprovados nas reuniões da CIFE de 13 de dezembro de 2011 e 7 de março de 2012, verifica-se que os mesmos, apesar de já terem decorrido mais de três meses sobre a primeira das aludidas datas, ainda não foram objeto de homologação pelo Senhor Secretário de Estado, demora esta que consideramos injustificada, excessiva e com consequências extremamente gravosas para as empresas do Setor da Construção.

Face ao exposto e perante a seriedade da descrita situação, solicitamos a Vossa Excelência a melhor atenção para a mesma, na certeza de que não deixará de determinar a urgente adoção das medidas necessárias para a sua rápida resolução.

Apresentamos a Vossa Excelência os nossos melhores cumprimentos

O Presidente da Direção

(Ricardo Pedrosa Gomes)

S/00146/26-03-2012